

Desconstruindo a capitalização da Eletrobras com fatos e dados: uma contribuição ao debate nas casas legislativas.

Buscando contribuir para o debate sobre a privatização da Eletrobras em várias esferas da sociedade, incluindo as casas legislativas, nas pessoas dos congressistas interessados no assunto, temos apresentado diversos materiais construídos tecnicamente.

O material completo que originou o presente resumo será disponibilizado integralmente em um próximo informe.

Consideramos que os seguintes temas são prioridades para o Poder Executivo e Legislativo:

- 1) Provisão de Vacina de forma ágil e suficiente para a população brasileira;
- 2) Infraestrutura hospitalar e fortalecimento do SUS para atendimento da população;
- 3) Avanço nos programas de renda mínima e retomada do auxílio emergencial;
- 4) Parcerias para o desenvolvimento e produção de vacinas no Brasil;
- 5) Políticas de Geração de Emprego e Renda e proteção dos mais vulneráveis;
- 6) Reforma Tributária com caráter progressivo e impostos sobre grandes fortunas.

O primeiro mito a ser desnudado é o da urgência de discussão da capitalização da Eletrobras, uma empresa sadia e comprometida com o Brasil, no meio de uma pandemia que vitima cidadãos brasileiros.

Alguns fatos e dados para pensar a Eletrobras e o setor elétrico brasileiro:

- Perda de capacidade da Eletrobras tem relação com a venda da Gerasul, Proinfa (Eletrobras como gestor não podia ter ativo), Programa de Termelétricas (foco era na Petrobras), excesso de leilões de eólica no Brasil e desinvestimentos a partir do Governo Temer,
- Eletrobras alavancou 72,5 GWs e 77,9 mil Kms de rede com investimentos próprios e junto com parceiros,
- CCEE passa de 58 agentes em 2000 para 10.615 em 2021 e o de PIES passou de 2 para 1588 (crescimentos de 18.202% e 79.300%, respectivamente), sendo natural a perda de capacidade de agentes já existentes no mercado, como preceitua qualquer análise econômica,
- Setor elétrico teve 741 transações societárias no setor de energia de 1995 a 2020, sendo natural a perda de agentes já existentes no mercado,
- 1291 empreendimentos leiloados no Brasil de 2005 a 2019, sendo 741 de eólica e apenas 41 UHEs, que é o negócio central da Eletrobras, sendo natural a perda de participação da Eletrobras neste cenário,

- 90 GWs leiloados de 2005-19 o que equivale a toda a capacidade instalada do Brasil construída em todo o século XX. Neste contexto, é natural a perda de participação dos agentes já existentes no mercado,
- Entrada de multinacionais alemãs, francesas, italianas, portuguesas, norte-americanas, japonesas, norueguesas (todas com recebíveis em moeda forte) também alteraram patamares competitivos do setor e o *market share* dos agentes já existentes no mercado,
- Gestão atual da Eletrobras, desde o governo Temer, preferiu desinvestir, pagar dívida, distribuir dividendos e deixar caixa cheio para futuros acionistas ao invés de investir, gerar emprego, renda, compras de máquinas e serviços e induzir crescimento do Brasil,
- Eletrobras é saudável financeiramente, tem baixíssima relação dívida líquida\Ebitda, capacidade de endividamento, recebíveis e atração de parcerias,
- Eletrobras gerou bilhões de dividendos para União e não é dependente do Tesouro,
- Queda expressiva de investimentos e potência contratada nos governos Temer e Bolsonaro fica claro na análise dos números do setor e não tem relação nenhuma com Eletrobras,
- R\$ 99,6 bilhões são os valores correntes de investimento da Eletrobras de 2004 a 2019, conforme dados dos balanços. Em relação aos leilões, foram investidos no Brasil R\$ 245 bilhões em 16 anos. O PDE 2029 é irrealista ao achar que o Brasil investirá R\$ 407 bi em 10 anos e o PDE 2035 da Eletrobras é mais irrealista ainda por achar que a empresa sozinha investirá R\$ 201 bilhões. Isto mostra o uso político do PDE 2029 e PE 2035 no sentido de induzir ao erro a análise da capitalização,
- R\$ 25 bilhões de dividendos pagos pela Eletrobras de 2003 a 2020, mostrando que não se trata de uma empresa doente ou incapaz de investir,
- PDEs erram sistematicamente se compararmos 1 ano à frente. Em 10 anos, os desvios são estratosféricos. Mostramos os erros nas projeções de demanda, carga e PIB para desqualificar a regra de três do PDE 2029 para justificar capitalização,
- Nenhuma empresa séria do setor planeja o seu longo prazo com base exclusivamente no PDE, haja vista os erros históricos nas projeções sobre economia, demanda e oferta,
- R\$ 516 bilhões é o valor que o BNDES aprovou para setor elétrico de 1995 a setembro de 2020 (preços constantes),
- R\$ 410 bilhões é o valor o que o BNDES desembolsou para o setor elétrico de 1995 a setembro de 2020 (preços constantes). A queda expressiva de desembolsos ajuda a explicar o ritmo baixíssimo de investimentos nos governos Temer e Bolsonaro como vimos nos dados da ANEEL,

- R\$ 25 bilhões é o valor que o BNDES desembolsou no setor em 2019-20, patamar muito inferior do que nos governos FHC, Lula, Dilma e Temer,
- R\$ 237 bilhões foram captados no setor através de debêntures, porém, o volume é muito baixo perto da quantidade de portarias autorizativas,
- R\$ 396 R\$/MWh e R\$ 689 R\$/MWh são os valores do preço de energia durante crises de 2001 e 2014, o que mostra o risco do Brasil se transformar numa Califórnia em 2001 ou Texas 2021 em virtude da ganância dos investidores privados, como o que se observará com a descotização. A energia de cotas é a mais barata para o consumidor final, podemos admitir um reequilíbrio deste valor, mas, a descotização, seria uma forma de gerar lucros extraordinários para acionistas privados da Eletrobrás nas décadas de 2020, 2030, 2040 até meados de 2050,
- Hidroeletricidade é a base do balanço operativo. Grandes nações tratam seus reservatórios de forma estratégica e não com a visão míope deste projeto de capitalização,
- Fundos de Pensão de idosos de países ricos tem ações da Eletrobrás e querem dividendos para bancar suas aposentadorias, enquanto brasileiros terão sobrepreços de energia, precarização da Previdência, do SUS e riscos para atuais e futuras gerações. Esta proposta é um crime de lesa pátria,
- Fundos soberanos de países e fundos de investimentos globais com ativos que superam três vezes o PIB do Brasil já possuem parcelas expressivas da Eletrobrás e aumentariam ainda mais com este modelo de expropriação do povo brasileiro,
- R\$ 52 bilhões foi o valor arrecadação de ICMS sobre a energia em 2019. A modicidade tarifária para os brasileiros pode ser alcançada por um esforço coletivo que preserve o papel chave da Eletrobrás para desenvolvimento nacional,
- Capitalizar Eletrobrás “não faz nem cócegas” na dívida pública,
- 13.461 empregado demitidos de 2016 a 2020 (ELB passou de 26.008 em 2016 para 12.547 em 2020), mesmo tendo bilhões de lucro em vários destes anos (o que mostra que o sucateamento dos quadros é um corolário do neoliberalismo doentio da gestão atual),
- Interesses não republicanos na privatização da Eletrobrás devem ser observados pelas Casas Legislativas,
- Governança da Eletrobrás já nomeou diretores e conselheiros ligados a 3G Radar de Lemann, Telles e Sucupira, que seriam grandes beneficiados por esta capitalização,
- Vários exemplos da ineficiência privada no Brasil, Chile, EUA,

- Crimes de Mariana e Brumadinho mostram o lado perverso de empresas privatizadas que pagam bilhões em dividendos enquanto deixam rastros de mortes e destruição ambiental, social e econômica.

Os dados aqui narrados desconstróem os seguintes mitos alimentados pelo MME:

- O Mito da Perda de Capacidade Instalada
- O Mito da Incapacidade de Investimento
- O Mito das derrotas nos Leilões
- O Mito da Referência dos Planos Decenais de Expansão do MME
- O Mito da descotização de energia
- O Mito da Corporation
- O Mito dos ganhos para os contribuintes
- O Mito da Incapacidade de Gerar Empregos
- O Mito dos interesses republicanos na Privatização da Eletrobras
- O mito da eficiência privada x colapsos de energia.

Por fim, temos a consciência do papel da Eletrobras relativo a:

- Universalização do acesso à energia, base para inclusão social;
- Estratégia nacional de defesa, soberania, guardiã dos interesses brasileiros no uso da energia na Amazônia Legal, diálogo com populações ribeirinhas e redução de riscos de racionamento;
- Força motriz da engenharia nacional, parceria com universidades, geração de empregos, formação de profissionais de ponta, compra de equipamentos e contratação de serviços no território nacional;
- Plataforma de desenvolvimento nacional, regional, local e fronteiriço;
- Mecanismo para se evitar explosões tarifárias, excesso de poder de mercado de agentes privados e multinacionais estrangeiras, especulação e financeirização do uso da energia;
- Promoção de políticas industriais e energéticas seletivas, garantindo a diversidade da matriz elétrica para as futuras gerações;
- Insumo fundamental para se evitar a primarização exacerbada da economia brasileira, haja vista o papel chave da energia na transformação industrial e valor adicionado;
- Viabilização de projetos estruturantes e de interesse nacional, haja vista a sua capilaridade no território nacional;
- Símbolo de integração nacional, pois se seus ativos estivessem em solo europeu, interligariam quase toda a Europa;
- Elemento chave para garantir interesse público e coletivo em relação ao uso múltiplo das águas e se evitar a apropriação da água por grupos estrangeiros;

- Última barreira para se evitar que o mercado brasileiro seja dominado por multinacionais estrangeiras que operam no setor, além de empresas comandadas por bancos e grandes bilionários;
- Valorização do concurso público, modo mais legítimo, isonômico e democrático de ingresso na companhia;
- Potencialização de que as economias de escala de sua atuação sinérgica sejam apropriadas a maior parte pelo Estado Brasileiro, ao invés de encher os bolsos de bilionários que ficaram mais bilionários durante a pandemia global;
- Elemento chave para auxiliar a União no cumprimento dos deveres constitucionais em relação à provisão de energia como base para a cidadania em meio à revolução digital.

A Eletrobras é substancialmente mais relevante para o país gerando e transmitindo energia para as atuais e futuras gerações do que sendo utilizado para redução inexpressiva da dívida pública e exacerbação de conchavos entre uma parcela da classe política, ministros com ligações umbilicais com o sistema financeiro, bilionários locais (acionistas da Eletrobras) que financiam candidatos ao Executivo e Legislativo sob a égide da nova política e entreguistas.

Compartilhe esse informe com os colegas.

Juntos somos mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#))

A Diretoria, em 12 de março de 2021.

Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

